POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS E INOVAÇÃO: A EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA COMO ELEMENTO PROMOTOR DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Marilice Cortes – marilice1@gmail.com

Programa de Pós-Graduação de Políticas Públicas – Universidade Federal do Pampa

Carmen Regina Dorneles Nogueira – carmennogueira@unipampa.edu.br

Programa de Pós-Graduação de Políticas Públicas – Universidade Federal do Pampa

Graciele Rodrigues Ribeiro – graciribeiro2014@gmail.com

Programa de Pós-Graduação de Políticas Públicas – Universidade Federal do Pampa

Resumo - A educação a distância é uma modalidade de ensino que se utiliza da tecnologia, através da *internet* para promover os processos de ensino e de aprendizagem, possibilitando uma transformação da realidade de jovens e adultos que necessitam trabalhar e não têm condições de frequentar um curso de graduação na modalidade presencial. Tem um caráter de promoção das pessoas no ensino superior, independentemente do espaço geográfico onde estão inseridos. Por isto, observa-se uma expansão crescente na procura por esta modalidade de ensino. Neste contexto, o presente trabalho constitui-se de um relato do projeto de pesquisa, o qual está sendo desenvolvido no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Pampa, Campus de São Borja. O mesmo tem por objetivo geral, analisar a implementação da política pública que trata do Ensino a Distância no âmbito da Universidade Federal do Pampa – UNIPAMPA. Para sua consecução está sendo realizada uma pesquisa bibliográfica, documental e de campo. Como resultado preliminar constata-se que: a expansão da procura desta modalidade de ensino dentro da UNIPAMPA, se dá por pessoas que pretendem realizar a primeira ou a segunda graduação; através do rápido crescimento da oferta na modalidade EaD, em convênio da Universidade Aberta do Brasil - UAB com a Universidade, tanto em cursos de graduação como de especialização e das dificuldades enfrentadas pelos atores envolvidos na oferta de cursos nesta modalidade.

Palavras-Chaves: Desenvolvimento Regional; Educação a Distância; Inovação; Universidade Federal do Pampa

Abstract — Distance education is a type of teaching that uses technology, through the internet to promote teaching and learning processes, enabling a transformation of the reality of young people and adults who need to work and are not able to attend an undergraduate course in face-to-face mode. It has a character of promoting people in higher education, regardless of the geographical space where they are inserted. For this reason, there is an increasing expansion in demand for this type of education. In this context, the present work constitutes an account of the research project, which is being developed within the scope of the Post-Graduate Program in Public Policies of the Federal University of Pampa, São Borja Campus. The general purpose of this study is to analyze the implementation of the public policy that deals with distance education within the scope of the Federal University of Pampa - UNIPAMPA. For its accomplishment a bibliographical, documentary and field research is being carried out. As a preliminary result, it can be seen that: the expansion of the demand for this type of education within UNIPAMPA is given by people who wish to take the first or second graduation; through the rapid growth of the offer in the EAD

mode, in agreement of the Open University of Brasília with the University, in undergraduate and specialization courses and of the difficulties faced by the actors involved in the offer of courses in this modality.

Keywords: Regional Development; Distance Education; Innovation; Federal University of Pampa.

1 INTRODUÇÃO

O processo de redemocratização do ensino ocorrido no Brasil na década de 90 levou os governantes a pensarem em formas e estratégias que viessem ao encontro dos anseios da população carente de políticas públicas que oportunizasse o ingresso no ensino superior.

Projetar políticas públicas é pensar no cidadão como um todo, é deixá-los pensar, opinar e sentirem-se parte estruturante do processo de implementação, aplicabilidade e avaliação de uma política pública.

É uma forma de contextualizá-lo ao sistema e fazê-lo operante na ação benéfica ao meio em que está inserido. É torná-lo um indivíduo ativo num país que busca igualitarismo e equidade, especialmente no que tange a educação.

Para analisar a política pública educacional acerca do ensino a distância em primeiro lugar temos como referência que:

[...] o principal foco analítico da política pública está na identificação do tipo de problema que a política pública visa corrigir, na chegada desse problema ao sistema político (*politics*) e à sociedade política (*polity*) e nas instituições/regras que irão modelar a decisão e a implementação da política pública (SOUZA, 2006, p. 40).

Dentro das peculiaridades do mundo globalizado e das exigências do mundo capitalista, os quais exigem cada vez mais a qualificação profissional dos cidadãos para adentrarem ao mercado de trabalho, fez com que o governo se preocupasse em oferecer o direito de acesso à educação em todos os níveis de ensino. Tal perspectiva começou a ser incorporada a partir da Constituição Brasileira de 1988 que prevê:

Art. 205 - A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1988, s/p).

O anseio da população menos favorecida na busca de oportunidades isonômicas para competirem em igualdade, levou o governo a pensar em uma política pública em âmbito educacional que contemplasse esta camada da sociedade a qual, na tentativa de minimizar as desigualdades sociais e praticar a equidade social na educação a qual se encontrava em déficit na inserção ao mundo acadêmico; sujeitos estes historicamente excluídos, e para aqueles que não tinham acesso à formação e qualificação profissional por falta de condições em frequentar o ensino superior regular dentro das universidades, e pensando na expansão do ensino superior, o governo criou o Ensino à Distância (EAD). Inicia-se assim uma nova era nas políticas públicas educacionais.

Até 1996 o Ensino a Distância, era oferecido como uma alternativa para a sociedade qualificar-se, porém, sem acesso ao ensino superior. Isso só foi possível com a inserção do EaD na Lei de Diretrizes e Bases – LDB, que em seu artigo 80º prevê que “O Poder Público incentivará o desenvolvimento e a veiculação de programas de Educação a Distância, em todos os níveis e modalidades de ensino, e de educação continuada”, e foi efetivada com a publicação do decreto 5.622, de 10 de dezembro de 2005.

A Universidade Aberta do Brasil – UAB, iniciou suas atividades atentando para a formação continuada de professores como forma de capacitá-los, porém devido à estratégica visionária dos governantes, logo disponibilizou outros cursos nas mais diversas áreas de concentração.

Desde então no Brasil esta modalidade de ensino vem crescendo vertiginosamente, contemplando uma parte da população até então excluída do mundo acadêmico e, através dela podemos vislumbrar um marco de inclusão social.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

As políticas públicas tiveram seu início nos Estados Unidos na década de 50, que segundo Frey, veio sob o rótulo de policy science, e seria uma vertente da ciência política que pretendia analisar a inter-relação entre as instituições políticas, o processo político e os conteúdos da política (2007, p. 214). Na Europa, mais precisamente na Alemanha as políticas públicas nasceram nos anos 70, na perspectiva de fazer um Estado com o intuito de zelar pela democracia e a justiça social. No Brasil, com a promulgação da Constituição Federal de 1988, as políticas públicas na área da educação, tiveram uma maior envergadura, onde o estado se compromete com o direito de todos com a priori na saúde, educação e bem-estar social, com isso se fez necessário criar meios para atender estas demandas.

A expansão do EaD no Brasil é compreendida enquanto uma política pública, pois encontra suporte, nos pilares para construção do ciclo o qual é constituído de estágios de Políticas Públicas.

Com isso pode-se afirmar que a política pública do Ensino a Distância na Educação Superior surgiu através dos setores políticos da esfera governamental, visando à inserção de uma camada da sociedade a qual não poderia ter acesso ao ensino regular e esperavam uma oportunidade para equidade no ingresso dos estudantes ao ensino superior.

A criação de ações afirmativas que viessem ao encontro desta busca incessante pela igualdade de direitos tornou-se um problema que necessitava da intervenção governamental para criar oportunidades igualitárias para todos tentando assim, minimizar e equiparar esta classe social até então desprovida de uma política pública sólida.

Não resta dúvida que a política pública educacional que trata da Educação a Distância entrou na agenda governamental com a finalidade de coibir e amenizar fatores de desigualdade social. Monteiro e Júnior (2010, p. 270) afirmam: “É uma ação compensatória, reparatória e preventiva de atuação ampla que se inserem no campo da promoção de igualdade, visando corrigir uma situação de discriminação e desigualdade de certos grupos no passado, presente e futuro, através da valorização social, política e cultural desses grupos”.

D'Araújo (2010, p.25) diz:

Cada parte, Estado, Sociedade e Governo têm funções definidas, mas elas podem atuar conjuntamente, de forma congruente e sinérgico. Toda a discussão permeia uma linha de pensamento que diz que o Estado pode ser um problema, mas também pode ser a solução. Ou seja, o Estado é um problema quando age de forma predatória e é uma solução quando atua de forma responsável e transparente.

As políticas públicas que tratam da educação, bem como a maioria das políticas públicas, estão delineadas em uma base social, onde os atores sociais mostram suas reais necessidades. As esferas governamentais através do levantamento do problema sejam por meio de estatísticas, e/ou através de agentes interlocutores, na qual as mídias operam com muita eficiência e credibilidade, fazem com que estas esferas se sensibilizem e reflitam, levando em assim a buscarem solução satisfatória os atores envolvidos no processo.

Segundo Perez,

(...) as bases para o nascimento de uma legitimidade fruto da adesão racional da sociedade a um conjunto de medidas concretas, políticas ou programas que esta ajudou a formular, decidir e muitas vezes executar. Fala-se, pois de uma legitimidade que ao mesmo tempo, em que decorre a aproximação entre a Administração e a sociedade reforça os vínculos entre elas. Legitimidade que é essencial para o êxito das políticas públicas (2006, p.168).

A partir de então é notório através dos levantamentos de dados a aderência e expansão desta modalidade de ensino por parte das universidades públicas federais, vendo nela condições dos cidadãos encontrarem um ensino de qualidade para sua qualificação e através dela a inserção no mercado de trabalho. A criação deste sistema de ensino superior se define como expansão das Universidades Federais usando a tecnologia e o ensino a distância como ferramenta propulsora do ensinar e do aprender.

De acordo com o Ministério da Educação e Cultura - MEC: “O Sistema Universidade Aberta do Brasil - UAB - não propõe a criação de uma nova instituição de ensino, mas sim, a articulação das já existentes, possibilitando levar

ensino superior de qualidade aos municípios brasileiros que não possuem cursos de formação superior ou cujos cursos ofertados não são suficientes para atender a todos os cidadãos”.

Em suma, para que haja uma política pública sólida, que venha ao encontro dos anseios dos atores envolvidos, deve haver um engajamento e convergência de ideias que ampliem as negociações, buscando entre as partes um consenso para que a sociedade possa ser beneficiada através de ações e atos do governo.

3 METODOLOGIA

A metodologia de pesquisa do presente estudo quanto aos meios é bibliográfica, documental, de campo e estudo do caso. De antemão precisou se realizar uma pesquisa bibliográfica para se entender como surgiu esta política pública educacional que trata do Ensino a distância e sua repercussão nas camadas da sociedade contempladas, e sua contribuição para o desenvolvimento regional, o qual é foco no presente trabalho. Bibliográfica segundo Vergara explica:

Pesquisa bibliográfica é o estudo sistematizado desenvolvido com base em material publicado em livros, revistas, jornais, redes eletrônicas, isto é, material acessível ao público em geral. Fornece instrumental analítico para outro tipo de pesquisa, mas também pode esgotar-se em si mesma (VERGARA, 2016, p. 43).

A pesquisa documental se fez necessária para análise da implementação da política pública do EaD, como forma de conhecer os trâmites usados dentro da Universidade Federal do Pampa no momento de sua opção por esta modalidade de ensino. Vergara diz:

A investigação documental é a realizada em documentos conservados no interior de órgãos públicos e privados de qualquer natureza, ou com pessoas: registros, anais, regulamentos, circulares, ofícios, memorandos, balancetes, comunicação informais, filmes, fotografia, videoteipe, dispositivos de armazenagem por meios ópticos, magnéticos e eletrônicos em geral, diários, cartas pessoais e outros (VERGARA, 2016, p. 43).

O estudo de caso é definido por Vergara como: [...] o circunscrito a uma ou poucas unidades, entendidas essas como pessoas, família, produto, empresa, órgão público, comunidade ou mesmo país. Tem caráter de profundidade e detalhamento. Já o estudo de caso é definido por Gil como:

Um estudo que pode ser caracterizado como um estudo de uma entidade bem definida, como um programa, uma instituição, um sistema educativo, uma pessoa, ou uma unidade social. Visa conhecer em profundidade o como e o porquê de uma determinada situação se supõe ser única em muitos aspectos procurando descobrir o que há nela de essencial e características. O pesquisador não pretende intervir sobre o objeto a ser estudado, mas revelá-lo tal como ele o percebe (GIL, 2010, p. 54).

Esta técnica está sendo utilizada no estudo ora proposto pelo fato de que se está analisando a questão da inserção da Política Pública embasada nos artigos da Lei nº 9694/96 que trata do Ensino a Distância nas Instituições de Ensino Superior e sua aplicabilidade dentro da UNIPAMPA. Será dividido em levantamento bibliográfico, documental, pesquisa de campo com seleção de público alvo, questionários, entrevistas, coleta de dados, seleção, análise, interpretação, tabulação e redação dos dados estudados.

Quanto aos fins a pesquisa é descritiva, explicativa e exploratória, uma vez que se faz necessário um contato próximo e profundo com o caso. Inicialmente foi feito um estudo para o conhecimento dos fatos, nos dos diversos segmentos da universidade para se entender quais parâmetros adotados pela UNIPAMPA.

Esta política pública está sendo explorada através de um levantamento bibliográfico e documental da institucionalização, através da Lei 9394/96 e suas alterações e em documentos da UNIPAMPA, para familiarização do caso investigado e com isso ter o embasamento necessário para a execução e conhecimento, o que facilita a análise dos dados e propicia o desenvolvimento da pesquisa.

A pesquisa é exploratória e descritiva uma vez que se utiliza de questionários semiestruturados, e estudo de caso, tendo como objeto de estudo: o ingresso dos estudantes provenientes das mais diversas regiões do Rio Grande do Sul; a forma como é conduzido o processo desde sua inserção, bem como o ensino-aprendizagem e sua contribuição para o desenvolvimento de cada região em que a UNIPAMPA está inserida através dos polos UAB.

A pesquisa explicativa se faz necessária pela a importância e contribuição desta política pública na vida dos atores envolvidos, bem como um estudo aprofundado e uma possível necessidade de adequação nas formas de tratamento que a UNIPAMPA dá a Educação a Distância.

Vergara (2016, p.42), diz que "a investigação exploratória é realizada em área na qual há pouco conhecimento acumulado e sistematizado e que por sua natureza de sondagem, não comporta hipóteses".

A pesquisa descritiva juntamente com a exploratória, permite através do levantamento de dados conhecer realidade dos atores envolvidos com esta política pública educacional.

Gil ainda afirma:

A pesquisa descritiva visa alcançar os objetivos através da coleta de dados, questionários e a observação sistemática. Também se aplica esta pesquisa quando se propõe a estudar o nível de atendimento dos órgãos públicos de uma comunidade (GIL, 2010, p. 41).

Neste sentido salienta-se a importância do levantamento de dados como instrumento e desenvolvimento da pesquisa, os quais estão sendo elaborados através da coleta de dados empíricos, seja por meio de questionários e/ou entrevistas para entender o fluxo do processo.

A pesquisa descritiva para Vergara “expõe características de determinada população ou determinado fenômeno. Pode também estabelecer correlações entre as variáveis e definir sua natureza”. Vergara explica: “A investigação explicativa tem como principal objetivo tornar algo inteligível justificando-lhe os motivos. Visa, portanto, esclarecer quais fatores contribuem de alguma forma, para a ocorrência de determinado fenômeno”.

Quanto à abordagem a pesquisa será quali - quantitativa, uma vez que se faz necessário a coleta de dados através de instrumentos esclarecedores voltados a captar a realidade das ações empreendidas para entender a forma que a UNIPAMPA trata a Política Pública a ser estudada. Gil (2010, p.55) afirma que são mediante análise quantitativa (coleta de dados) que se obtêm conclusões correspondentes aos dados coletados.

Para Marconi e Lakatos:

Os dados devem ser quanto possíveis, expressos com medidas numéricas. O pesquisador deve ser paciente e não ter pressa, pois as descobertas significativas resultam de procedimentos cuidadosos e não apressados. Não deve fazer juízo de valor, mas deixar que os dados e a lógica levem à solução real, verdadeira (MARCONI; LAKATOS, 2012, p. 4).

Sobre a abordagem qualitativa Gil (2010, p. 9) explica que depende de muitos fatores, tais como a natureza dos dados coletados, a extensão da amostra, os instrumentos de pesquisa e os pressupostos teóricos que norteiam a investigação. Sobre a pesquisa qualitativa Triviños (2012, p. 129), afirma que as pesquisas qualitativas partem de um fenômeno social. Quanto à pesquisa quantitativa o autor dizendo que: Ele é real, concreto e como tal é estudado. Isto significa enfocá-lo indutivamente.

Na terceira fase é feita a seleção dos dados coletados na pesquisa e analisados de forma cuidadosa, a fim de evitar inexatidão das informações. Logo após os dados serem apensados em um contexto os mesmos terão significado e serão codificados de forma clara e precisa atingindo assim os objetivos da análise.

A penúltima etapa é o da redação das informações obtidas através do estudo as quais culminarão na conclusão do trabalho com o objetivo inicialmente proposto. A última etapa caso seja constatado a necessidade, elaborar-se-á uma metodologia instrucional como forma de contribuição para o enriquecimento e crescimento desta política pública dentro da Universidade Federal do Pampa

Conforme explica Vergara (2016, p. 43) que a investigação intervencionista tem como principal objetivo, interpor-se, interferir a realidade estudada, para modificá-la. Não se satisfaz em apenas explicar. Distingue-se da pesquisa aplicada pelo compromisso de não somente propor resoluções de problemas, mas também de resolvê-los efetiva e participativamente.

4 RESULTADOS PRELIMINARES E DISCUSSÕES

Constata-se um crescimento significativo na inserção de novos alunos em busca de qualificação nos cursos de graduação a distância, onde há uma disparidade na oferta de vagas, entre ensino público e as instituições privadas a qual em 2016 segundo a Associação Brasileira de Educação Brasileira – ABED chega a 900%, e mostra o Rio Grande do Sul em 4º lugar no ranking nacional das universidades públicas, que contemplava o ingresso de estudantes nesta modalidade de ensino.

A UNIPAMPA, foi criada através da Lei 11.640, de 11 de janeiro de 2008, fazendo parte de um processo de expansão do Ensino Superior do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI, Reuni 2008 – Relatório de PrimMEC/SESu/ DIFES, o qual visa colaborar com o desenvolvimento social, econômico e político do Brasil. Esta foi estruturada na região da metade sul e fronteira oeste, sendo que sua sede é na cidade de Bagé e distribuída nas cidades de: Alegrete, Bagé, Caçapava do Sul, Dom Pedrito, Jaguarão, São Gabriel, Itaqui, São Borja, Santana do Livramento e Uruguaiana.

Desde sua criação a UNIPAMPA tem a expectativa de minimizar o processo de marasmo educacional, visto que as regiões da metade sul e fronteira oeste do estado do Rio Grande do Sul encontram-se afastadas de centros universitários federais e gratuitos. Também pensando em elevar o desenvolvimento econômico e social destas regiões, procurou junto com os municípios oportunizar as comunidades locais o fácil acesso ao mundo acadêmico, tendo como missão: “como instituição social comprometida com a ética, fundada em liberdade, respeito à diferença e solidariedade, assume a missão de promover a educação superior de qualidade, com vistas à formação de sujeitos comprometidos e capacitados a atuarem em prol do desenvolvimento sustentável da região e do país” (PROJETO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL, 2009, p. 10).

Como forma de contribuir para inserção destas comunidades no mundo acadêmico, em 2009, a UNIPAMPA em seu Projeto Institucional – PI iniciou o processo para a criação da Educação a Distância na Universidade. O PI dispõe no seu objetivo 6: “Consolidar o ensino na modalidade Educação à Distância (EAD) na UNIPAMPA” (2009, p. 31).

Somente após quatro anos, desde seu início do processo, enfim em 03 de junho de 2016 o Conselho Nacional através do Parecer CNE/CES 221/2016, a UNIPAMPA foi credenciada para ofertar cursos superiores à distância. Neste ano foram disponibilizadas 75 vagas para o curso de Letras – Português dentro dos pólos institucionais em três unidades universitárias que são: Alegrete, Jaguarão e Santana do Livramento, com o início das atividades previstas para março de 2017.

No ano de 2016, segundo a Pró-Reitoria de Planejamento e Estrutura da UNIPAMPA, havia 20.316 alunos matriculados em 66 cursos de graduação no ensino presencial e 01 cursos de graduação na modalidade a distância, pós-graduação, mestrados e doutorados. Deste total de alunos dos cursos de graduação apenas 75 alunos eram do ensino a distância. Com o pensamento de expandir, democratizar e levar o ensino superior há pessoas com dificuldade de acesso ao modo presencial, neste mesmo ano a UNIPAMPA através do convênio firmado com a Universidade Aberta do Brasil, disponibilizou 250 vagas para o Curso de Licenciatura de Letras – EaD e 350 vagas para o curso de Pós-Graduação em Gestão Pública Municipal também em parceira com a UAB.

Através da Portaria nº. 1.695, de 21 de dezembro de 2016 o Ensino a Distância da UNIPAMPA foi reestruturado, e criou-se a Diretoria de Educação a Distância, a qual está ligada diretamente à Reitoria e que trata exclusivamente da política pública da Educação a Distância. Por ser um processo inovador, sentiu-se a necessidade de um estudo detalhado na UNIPAMPA, quanto à implementação da política pública, metodologia empregada, burocracia documental, perfil de todos os envolvidos no processo, bem como analisar como estas ações podem contribuir para o desenvolvimento regional e se for o caso elaborar um material que contribua e facilite o ingresso de estudantes a esta modalidade de ensino.

Em 2018 foram oferecidos através de um convênio com a UAB os cursos de: Letras Português Licenciatura- 150 vagas, Bacharelado em Administração Pública com 200 vagas, Licenciatura em Geografia com 900 vagas, e Licenciatura em Pedagogia- 2000 vagas, perfazendo um total 1.450 vagas, divididas em 21 polos por todas as regiões do Rio Grande do Sul. A Pós graduação em Gestão Pública, modalidade Lato Sensu a Distância, ofertou no ano de 2017, o total 350 vagas. Também foi ofertado o curso Letras – Português licenciatura, na modalidade da EaD institucional com 150 vagas.

5 CONCLUSÃO

Com o presente trabalho é possível analisar a aplicabilidade da política pública educacional relativa à Educação a Distância no âmbito da Universidade Federal do Pampa, a qual é de suma relevância, pois a partir do conhecimento de seus fluxos e processos acadêmicos e administrativos será possível propor soluções aos problemas que estão sendo constatados. A resolução dos problemas e qualificação de docentes e colaboradores tais como servidores, tutores presenciais e a distância, além dos coordenadores de polos irão contribuir, principalmente, para diminuir os problemas de retenção e evasão, tão comuns nesta modalidade de ensino.

Também está sendo analisada a necessidade de rever as práticas sobre do tratamento dado a esta política educacional, como forma de contribuir para a facilitação das práticas pedagógicas dos egressos nesta modalidade de ensino. A EaD, a partir dos polos de estudos presenciais, amplia a área de abrangência territorial da Universidade Federal do Pampa. Assim a universidade tem ampliadas suas possibilidades de promover o desenvolvimento regional e, conseqüentemente, ampliar cada vez mais o número de pessoas atingidas pela sua ação no âmbito do ensino da pesquisa e da extensão.

REFERENCIAS

Associação Brasileira de Educação a Distância - ABED. Disponível em: <http://www.abed.org.br>. Acesso em: 07 de set.2017.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF, Senado, 1988.

_____. **Lei 9394 de 20 de dezembro de 1996**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/leis/L9394.htm. Acesso em 06 de set.2017.

_____. **Lei 11.640 de 11 de janeiro de 2008**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111640.htm. Acesso em 08 de set.2017.

D'ARAUJO, Maria Celina. **Capital Social**. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.

FREY, KLAUS. **Políticas Públicas**: Um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil. Disponível em: <http://www.ufpa.br/epdir/images/docs/paper21.pdf>. Acesso em: 08 de set. 2017.

INEP. **Censo da Educação do Ensino Superior 2016**. Notas estatísticas. 2016. disponível em: http://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/documentos/2016/notas_sobre_o_censo_da_educacao_superior_2016.pdf. Acesso em 15 de set. 2017.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaboradas projetos de pesquisa**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de Pesquisa**. 7.ed. São Paulo: Atlas, 2012. .

MONTEIRO, Juliana Rocha; JÚNIOR, Luiz Gonzaga. Ações afirmativas: por uma política diferenciada de acesso na Universidade Federal de Rondônia. BARBOSA, Jorge Luiz, SILVA, Jailson de Souza e, SOUZA, Ana Inês. **In: Ação afirmativa e desigualdade na universidade brasileira**. Rio de Janeiro. 2010. p. 269-297

PEREZ, Marcos Augusto. A participação da sociedade na formulação, decisão e execução das políticas públicas. **In: BUCCI, Maria Paula Dallari (Org.) Políticas Públicas. Reflexões sobre o conceito jurídico**. São Paulo: Saraiva, 2006 (p 163-191).

SOUZA, Celina. **Políticas Públicas**: uma revisão da literatura. Ano 8, nº 16, jul/dez 2006, p. 20-45. Porto Alegre: Sociologias, 2006. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/soc/n16/a03n16>. Acesso em 15 de set. 2017.

Plano Institucional - 2009 Disponível em: http://www.unipampa.edu.br/portal/arquivos/PROJETO_INSTITUCIONAL_16_AG0_2009.pdf. Acesso em 10 de set. de 2017.

Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA). Diretoria de Educação a Distância. Disponível em: <http://porteiros.s.unipampa.edu.br/ead/sobre-cead/>. Acesso em 18 de set. 2017.

_____. **Pró-reitoria de Graduação**. Disponível em: <http://porteiros.s.unipampa.edu.br/ead/>. Acesso em 18 de set. 2017.

_____. **Pró-reitoria de Planejamento e Infraestrutura**. Disponível em: <http://porteiros.r.unipampa.edu.br/portais/proplan/files/2016/07/alunos2016.pdf>. Acesso em 18 de set. 2017.

<http://porteiros.r.unipampa.edu.br/portais/proplan/files/2016/07/Cerca-de-824-alunos-ingressaram-pelas-a%C3%A7%C3%B5es-afirmativas-do-Sistema-de-Sele-Unificada.pdf>. Acesso em 18 de set.2017.

TRIVIÑOS, Augusto N. S. **Introdução à pesquisa em Ciências Sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 2012.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e Relatórios de pesquisa em Administração**. São Paulo: Atlas, 2016.